



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXI — Nº 123

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 30 DE SETEMBRO DE 1967

(*) PARECER

Nº 18, de 1967 (C. N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN) que "Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis, e dá outras providências".

Relator: Deputado Sinval Scaventura

O Projeto em exame, originário da Presidência da República, que o submete à deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 54, § 3º, da Constituição, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, objetiva transformar em lei as disposições do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

O aludido Decreto-lei teve em vista, especialmente, fixar limites aos reajustamentos de aluguéis dos imóveis de finalidade residencial de que tratam os artigos 19 e 24 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, respeitando, sob os demais aspectos, as bases econômicas e os fins sociais que inspiraram a elaboração da citada lei, empreendendo consignados e desenvolvidos na respectiva Exposição de Motivos justificativa, e que residem primordialmente na conciliação:

a) do interesse dos locatários;
b) do interesse dos locadores;
c) do interesse econômico geral, consistente no incentivo ao aumento do número de unidades imobiliárias com reflexo favorável na absorção de mão de obra;
d) no interesse social e específico, coincidente com os propósitos do Plano Nacional de Habitação, no sentido de se estimular a opção pela construção de casa própria.

Após cerca de trinta meses de aplicação dos preceitos da Lei nº 4.494-64, verificou-se que os reajustamentos de aluguéis, nas bases até então vigentes, vinham apresentando, em certa medida, efeitos negativos, não só no controle da inflação como no estado psicológico dos locatários.

A eliminação desses inconvenientes foi o escopo do Decreto-lei nº 322-67, através de normas que disciplinam:

a) a limitação percentual dos reajustamentos dos prédios residenciais, abrangidos pelas disposições dos artigos 19 e 24 da Lei nº 4.494-64, em função do maior salário-mínimo no País;

b) a faculdade de ser destinada, pelas Câmaras Econômicas e demais entidades do sistema financeiro de habitação, parcela substancial dos recursos aplicáveis no setor habitacional a empréstimos a inquilinos para aquisição do imóvel em que residam;
c) a extensão, às locações para fins

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 4 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEN DO DIA

Discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 1967 (C. N.), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis, e dá outras providências.

não residenciais, do direito à purgação de mora;

d) a revogação dos artigos 31 e 32 da Lei nº 4.494-64, referentes ao recolhimento, ao Banco Nacional de Habitação, de percentagens incidentes sobre aluguéis;

e) a atribuição, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, da competência para fixação dos índices de preços e coeficientes de variação monetária, anteriormente atribuída ao Conselho Nacional de Economia, extinto pela Constituição de 1967.

Assinala já agora o Poder Executivo em sua Mensagem que

"... o Supremo Tribunal Federal acolheu arguição de inconstitucionalidade do aludido decreto-lei, afirmando-se em argumentos que estendem essa elva, em geral, a todos os preceitos do diploma em causa"

e que é indiscutível a

"... urgência da solução definitiva do assunto, uma vez que o seu eventual retardamento poderia ensejar a suspensão, pelo Senado Federal, da execução do decreto-lei inquinado de inconstitucionalidade (artigo 43, inciso IV, da Constituição), com sério desequilíbrio na disciplina das relações jurídicas entre locadores e locatários..."

A relevância da que inevitavelmente se reveste a manutenção dos princípios gerais que orientaram a elaboração da Lei nº 4.494, promulgada em 1964 e prudentemente amenizada, com vistas à obtenção de maior equilíbrio, pelas disposições do Decreto-lei nº 322, literalmente reproduzidas no Projeto em exame, parece recomendar a sua aprovação nos precisos termos preconizados pelo Poder Executivo, assim se evitando a recada solução de continuidade, de desastrosos resultados.

Com efeito, as aludidas normas integram um conjunto harmônico, representando a resultante dos diversos interesses componentes, adequadamente ponderados na medida do interesse maior da coletividade brasileira. Torna-se, assim, temerário admitir qualquer modificação parcial sem mais detido e acurado estudo de

sua repercussão sobre a matéria, encarada de um ponto de vista global, exame impossível a esta altura, com tais características, dada a manifestada urgência que a solução do assunto está a demandar.

Nada obsta, no entanto, que, de futuro, venha a ser suscitada, se e quando oportuna, a reabertura do debate da questão no âmbito do Congresso Nacional, para eventual aperfeiçoamento, sempre dentro da observância de uma sistemática geral, dos preceitos que regulam as locações.

Foram apresentadas 49 (quarenta e nove) emendas ao Projeto. Destas:

a) 4 (quatro) tratam de congelamento de aluguéis (Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 41);

b) 8 (oito) versam limitações ao aumento dos aluguéis (Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12);

c) 5 (cinco) propõem liberação de aluguéis (Emendas nºs 13, 14, 15, 16 e 17);

d) 8 (oito) referem-se à política habitacional (Emendas nºs 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25);

e) as demais 24 (vinte e quatro) tratam de assuntos diversos.

São as seguintes as emendas que cogitam de congelamento de aluguéis:

Emenda Nº 1

Contém substitutivo com artigo único propondo o congelamento de aluguéis até 1970.

Emenda Nº 39

Propõe a inclusão de dispositivos determinando que os novos níveis de salário-mínimo fixados a partir de março de 1968, nem como os que vierem a ser estabelecidos nos próximos 2 anos não acarretarão o reajustamento de aluguéis.

Emenda Nº 42

Inclui artigo propondo o congelamento de aluguéis até dezembro de 1969.

Emenda Nº 44

Propõe a inclusão de artigo segundo o qual os novos níveis de salário-mínimo, fixados dentro de 24 (vinte e quatro) meses a partir da publicação da lei, não acarretarão reajustes de aluguéis de prédios residenciais.

As seguintes emendas versam limitação de aluguéis:

Emenda Nº 2

Modifica a redação do artigo 2º do Projeto, estabelecendo que os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494-64, quando referentes aos aluguéis previstos no artigo 8º da mesma lei, não poderão ser proporcionalmente superiores ao salário-mínimo da região onde se situa o imóvel locado.

Emenda Nº 3

Mantém a redação do artigo 1º do Projeto.

Emenda Nº 4

Manda acrescentar ao artigo 1º um parágrafo único, estabelecendo que os reajustamentos a que se refere o artigo serão reduzidos em até 50% quando o imóvel tiver área menor de 62m².

Emenda Nº 5

Modifica a redação do artigo 1º do Projeto, incluindo no mesmo os imóveis comerciais ou rurais e propondo o máximo do salário-mínimo da região.

Emenda Nº 6

Propõe modificação do artigo 2º do Projeto, no sentido de modificar o teto de 10% para 5% e o prazo de 120 para 240 meses.

Emenda Nº 22

Propõe nova redação aos incisos II do artigo 5º da Lei nº 4.494-64, que permite o aumento de aluguel para aplicação da correção monetária, na forma de seu artigo 19.

Emenda Nº 31

Dá nova redação ao artigo 19 da Lei nº 4.494-64, limitando a renovação de locação de imóvel que venha a ser alugado livremente e apresentando novo critério para fixação do aluguel.

Emenda Nº 43

Dispõe que os aumentos de aluguéis de prédios comerciais ou rurais não sofram aumento superior à percentagem do reajustamento do salário-mínimo local.

Estas as emendas que tratam da liberação de aluguéis:

Emenda Nº 7

Propõe a supressão do artigo 3º do Projeto, que trata das locações livremente convenionadas e dos aluguéis de imóveis não residenciais.

Emenda Nº 8

Dá nova redação ao artigo 3º do Projeto mandando aplicar o disposto nos artigos 1º e 2º às locações livremente convenionadas e às locações de imóveis não residenciais.

Emenda Nº 36

Propõe a inclusão de artigo que permite a liberação do aluguel se o

(*) Republicado por ter saído com incorreções no DCN de 28 de setembro de 1967

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Emenda nº 21

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 4.494, a sublocação total ou parcial e o empréstimo de prédio, acrescentando, ainda, outro parágrafo.

Emenda nº 23

Suprime o parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, relativo a garantias ao cumprimento do contrato de locação.

Emenda nº 24

Manda acrescentar parágrafo ao artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, dispondo sobre a prova da necessidade da retomada, quando o locatário for funcionário que se desloque, habitualmente, para o local onde possua outro imóvel.

Emenda nº 25

Dá nova redação ao § 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, ampliando os casos de efeito suspensivo da apelação.

Emenda nº 27

Suprime a expressão "promitente-cessionário" dos incisos II, V, VIII, IX e X do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Emenda nº 28

Permite a sublocação parcial ou total e o empréstimo de prédio nos casos que menciona, acrescentando três parágrafos ao artigo 18 da Lei número 4.494-64.

Emenda nº 29

Dá nova redação ao inciso IV do artigo 17 da Lei nº 4.494-64, reduzindo para sessenta o prazo de cento e oitenta dias ali fixados.

Emenda nº 30

Acrescenta dois incisos ao artigo 17 da Lei nº 4.494-64.

Emenda nº 32

Acrescenta ao Projeto um artigo, com um parágrafo, relativos à primária, em próprios da União e de outras entidades públicas, de servidores aposentados ou, quando falecidos, de suas famílias.

Emenda nº 33

Acrescenta ao Projeto três artigos referentes à purgação de mora, a efeito das apelações em ações de despejo e à exclusão dos efeitos do artigo 1º do Decreto-lei nº 4, de 7 de fevereiro de 1966, das locações amparadas pelo Decreto nº 24.150-34.

Emenda nº 34

Manda incluir disposições sobre a petição inicial em ações de despejo de prédios residenciais e não-residenciais; e outra dispondo sobre dissídios com causa oculta ou ostensiva no aluguel.

Emenda nº 35

Propõe a inclusão, no Projeto, de dispositivo que concede o prazo de seis meses para desocupação do imóvel, desde que o fundamento da ação não seja a falta de pagamento de aluguéis.

Emenda nº 40

Propõe a inclusão do artigo que permita à pessoa física deduzir, para efeito do imposto de renda, a quantia paga a título de aluguel.

Emenda nº 41

Revoga os artigos 17 e seu parágrafo único, e 28, da Lei nº 4.864-65, com efeito retroativo à data da mesma lei, 29 de novembro de 1965, excetuados os casos de decisão judicial transitada em julgado.

Emenda nº 43

Suprime, no inciso do artigo 17, da Lei nº 4.494-64, a expressão "salvo motivo de força maior".

Emenda nº 46

Suprime, no § 4º do artigo 16 da Lei nº 4.494-64, a expressão "venda judicial".

Emenda nº 47

Suprime, no artigo 13 da Lei número 4.494-64, a expressão "salvo motivo de força maior".

PARECER SOBRE AS EMENDAS

a) Com parecer favorável:

Emenda nº 2, de autoria do Deputado Adhemar Ghisi.

Emenda nº 11, de autoria do Deputado Erasmo Martins Pedro, com Subemenda.

Emenda nº 32, de autoria dos Senadores Desiré Guarani, Guido Mondim e José Leite, com Subemenda. Essa emenda foi aceita e incluída apenas com as modificações previstas na Subemenda e decorrentes da circunstância de que, se aprovada a Emenda, como redigida, estar-se-ia entregando próprio da União por prazo indefinido, ao uso ou ocupação, não somente de seus servidores, mas de seus filhos, enquanto na sua dependência econômica.

Emendas ns. 36 e 37, de autoria do Deputado Gilberto Azevedo.

As emendas aceitas, assim o foram pelas suas justas finalidades e conforme as suas ponderáveis e respectivas justificações.

b) Com parecer contrário:

As emendas não aceitas tiveram sua respectiva rejeição assim baseada:

Emenda nº 1, de autoria do Deputado Floriceno Paixão, por ser substitutivo integral ao Projeto.

Emenda nº 3, de autoria do Deputado Paulo Macarini — pela sua quase identidade com a Emenda número 2, de autoria do Deputado Adhemar Ghisi.

Emenda nº 4, de autoria do Deputado José Penedo — pela circunstância notória de que a valor real do imóvel, e consequentemente o seu valor locativo, não se poderão aferir pela sua respectiva área de construção. E assim, poderiam ocorrer possíveis injustiças, se aprovada a Emenda.

Emenda nº 5, de autoria do Deputado Gastone Rizhi — pela inoportunidade de se incluir, na presente lei, a locação de prédios comerciais e rurais, já objeto de outros diplomas legais.

Emenda nº 6, de autoria do Deputado Paulo Macarini — o assunto,

quanto à percentagem e o prazo previsto, é examinado com mais razoável objetividade no artigo 2º do Projeto original.

Emenda nº 7, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — se, nos termos da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, as novas locações poderão ter livre estipulação de aluguel, o disposto no artigo 3º do Projeto original está conforme a sistemática das leis que regulam a matéria.

Emenda nº 8, de autoria do Deputado Paulo Macarini — pelas mesmas razões da rejeição da Emenda nº 7.

Emenda nº 9, de autoria do Deputado José Penedo — pela circunstância de que o assunto foi previsto, com mais amplitude e estabelecendo-se limite mínimo e máximo.

Emenda nº 10, de autoria do Deputado Adhemar Ghisi — pelas mesmas razões da rejeição da Emenda número 9.

Emenda nº 12, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pelas mesmas razões da rejeição da Emenda nº 9.

Emenda nº 13, de autoria do Deputado Paulo Macarini — pelas mesmas razões da rejeição da Emenda nº 9.

Emenda nº 14, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela circunstância de que a fixação do prazo, nessa hipótese, poderia não beneficiar o inquilino, em cujo favor se invoca o dispositivo do artigo 4º do Projeto original.

Emenda nº 15, de autoria do Deputado Aurino Valois — pelas razões de que nos termos do artigo 7º do Projeto, a purgação da mora se fará nos mesmos casos e condições previstos na lei para as locações residenciais.

E, conforme preceitua o artigo 11, § 1º, da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, a purgação da mora poderá ser requerida no prazo da contestação da ação, e o prazo de trinta dias, para o respectivo pagamento, será contado da citação — não havendo, portanto, necessidade de se acolher a providência prevista na Emenda nº 15.

Emenda nº 16, de autoria do Senador Guido Mondim — pela razão de que encara-se a Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, como lei reguladora das locações urbanas e de caráter inequivocamente protetional, em favor do inquilino, não seria de se acolher a prevista exclusão dos contratos de locação não residencial do âmbito protetor de suas disposições, como pretende a Emenda nº 16.

Emenda nº 17, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que os artigos 31 e 32 da Lei número 4.494, de 25 de novembro de 1964, cuja revogação se pede, na aludida Emenda, estão bem definidas e aplicadas de conformidade com o disposto no Dec. nº 24.150, de 20 de abril de 1934.

Emenda nº 18, de autoria do Deputado Lauro Cruz — pelas razões da rejeição da Emenda nº 17.

Emenda nº 19, de autoria do Deputado Paulo Macarini — pela razão de que a alegada circunstância de já haver em tramitação na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei com dispositivos idênticos ao do artigo 7º do Projeto original, cuja supressão se pede, não justificaria se suprimisse o mencionado artigo, pois o mesmo se adapta melhor à sistemática do Projeto, ora em discussão, e a sua aprovação somente revogaria as disposições em contrário, não as semelhantes ou coincidentes.

Emenda nº 20, de autoria do Deputado Adhemar Ghisi — pela razão de que o prazo previsto na Emenda viria alterar uma tradição das leis do inquilinato, seja o prazo para a notificação prévia, seja o prazo estipulado no artigo 17, parágrafo único, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, e que é realmente bastan-

locatário ou seus dependentes possuírem ou vierem a adquirir imóvel na mesma cidade.

Emenda nº 37

Propõe a liberação de aluguel se o locatário transferir seu domicílio para outra cidade, conservando o imóvel para eventual ocupação.

Emenda nº 38

Reproduz, com ligeira alteração, as emendas ns. 36 e 37.

As emendas que se seguem dispõem sobre matéria ligada ao Plano Nacional de Habitação:

Emenda nº 9

Suprime do artigo 4º do Projeto a palavra "condições".

Emenda nº 10

Aumenta de 40% para 60%, o limite que as Caixas Econômicas e entidades do sistema financeiro de habitação poderão destinar para financiar aquisição de casa própria.

Emenda nº 11

Inclui o IPASE entre as entidades financiadoras da aquisição da casa própria.

Emenda nº 12

Propõe sejam retirados do artigo 4º do Projeto as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional de Habitação.

Emenda nº 13

Suprime do artigo nº 4º as palavras "Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional da Habitação".

Emenda nº 14

Propõe o acréscimo, ao artigo 4º, do Projeto, de parágrafo único dispondo que o inquilino deverá provar que mora no imóvel há mais de 6 (seis) meses.

Emenda nº 48

Propõe a inclusão, no Projeto, de disposições que regulam o financiamento de aquisição da casa própria, segundo o valor das operações, bem como a isenção da correção monetária dos contratos relativos a imprestimos que não ultrapassem o valor de 80 salários-mínimos, e sua incidência sobre a metade do percentual do reajustamento periódico do salário-mínimo.

Emenda nº 49

Isenta da correção monetária as operações de venda de unidades residenciais do INPS cujo valor não ultrapasse 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo ou cuja área útil seja inferior a 150m².

As seguintes emendas tratam de assuntos diversos, a saber:

Emenda nº 15

Acrescenta ao artigo 5º, parágrafo único, dispondo sobre vigência de revisão judicial de aluguel.

Emenda nº 16

Acrescenta ao artigo 5º, parágrafo único, retirando do âmbito do § 2º, do artigo 1º, *in fine*, da Lei número 4.494-64, os contratos de locação de mais de 20 anos de vigência.

Emenda nº 18

Modifica a redação do artigo 6º para incluir entre os dispositivos a serem revogados o artigo 40 e seus parágrafos, da Lei nº 4.494-64.

Emenda nº 19

Suprime o artigo 7º

Emenda nº 20

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 17 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, ampliando de 3 (três) para 6 (seis) meses o prazo ali previsto.

te razoável para os fins ali previstos.

Emenda nº 21, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que — quanto à cessão, sublocação ou empréstimo do prédio, mediante consentimento verbal do locador, poderiam ocorrer constantes litígios entre locador e locatário, pela ausência de prova satisfatória e por escrito a respeito.

E, com referência ao § 1º constante da Emenda, uma vez que haja proibição, no contrato, não seria de boa técnica jurídica possibilitar-se o descumprimento de suas cláusulas em face das consequências decorrentes da inadimplência contratual e ora previstas em lei expressas.

Emenda nº 22, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que, no caso, a correção monetária, prevista no artigo 3º, nº II, combinado com os artigos 19 e 20 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, seria de melhor aceitação e com possibilidade de aplicação mais equitativa.

Emenda nº 23, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que não há plausível vantagem, nem para locatário e nem para locador, em suprimir-se o parágrafo único do artigo 8º da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, pois o caso em questão se relaciona com a garantia de fiança e será mais aconselhável que se estabeleçam, no respectivo documento, as cláusulas e condições relacionadas com o citado parágrafo, mas não suprimi-lo.

Emenda nº 24, de autoria dos Deputados Ossian Araripe e Flávio Marcílio — pela razão de que o deslocamento eventual do proprietário (ou locador), nesse caso, não justificaria a sua necessidade para fins da retomada do prédio.

Emenda nº 25, de autoria dos Deputados Ossian Araripe e Flávio Marcílio — pela razão de que as disposições do § 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, já impõem ao inquilino, ao lado do benefício da purgação da mora, a pesada penalidade de pagar o aluguel e encargos devidos, as custas e os honorários do advogado do locador, e assim não seria justo acrescentar-lhe mais essa de não poder purgar a mora além de três vezes, principalmente na presente conjuntura, com sérias dificuldades financeiras, para todos, e ainda mais para as classes média e operária, que geralmente vivem em prédio alugado.

Emenda nº 26, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que o disposto no § 7º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, já estabelece a aplicação, com efeito suspensivo, nos casos realmente justos e excluindo-se os que, pelas suas respectivas características, devam ser excluídos.

Emenda nº 27, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que o "promitente cessionário, em caráter irrevogável", como se prevê nos incisos III, V, VIII, IX e X, do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, já é realmente o titular do direito como o promitente comprador não havendo, assim, qualquer justificativa para a sua exclusão, como se pretende na Emenda nº 27.

Emenda nº 28, de autoria do Deputado Nelson Carneiro — pela razão de que, visando a Emenda a acrescentar os três parágrafos ao artigo 18 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, não se justificaria a sua aprovação, de vez que: a) havendo estipulação em contrário (no contrato de locação) não seria de boa técnica legislativa ensejar-se, no caso o descumprimento de cláusulas contratuais, com as inevitáveis consequências ao seu infrator; e b) — a proibição da sublocação ou empréstimo do prédio não seria responsável

pelo déficit de habitações, pois, se o locatário poderia sublocar ou emprestar, no todo ou em parte, o prédio locado, por não necessitar do mesmo ou haver excesso de acomodações, o locador, também, poderia fazê-lo, diretamente, aos pretendentes sublocatários.

Emenda nº 29, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que, tratando-se, no caso, de punição com prisão e multa, esta aliás bastante elevada, não seria de justiça restringir-se o prazo previsto no artigo 17, inciso IV, da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Emenda nº 30, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que a expressão "responsável do imóvel" (inciso VI da Emenda) é de sentido realmente vago e bastante amplo, não se equiparando, assim, com a situação de proprietário, autor ou agente, para os fins penais previstos no artigo 17 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

E, no caso do inciso VII da Emenda, a situação já deve ser prevista no respectivo contrato de locação. ficando, assim, o infrator das cláusulas contratuais responsável pelas consequências de seu ato.

Emenda nº 31, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que, se, nos termos do artigo 18 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, é livre a estipulação do aluguel para as novas locações, poder-se-á incluir, no respectivo contrato, o quantum do aluguel, com as percentagens de seu aumento periódico, não havendo, assim necessidade de se estabelecer a faculdade da cobrança de juros.

Emenda nº 33, de autoria do Deputado Joaquim Parente — pela razão de que o disposto no artigo 5º do Projeto original já prevê a hipótese, em sentido amplo, em complementação às disposições do artigo 11, § 1º, e artigo 1º, da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 (locação de prédios urbanos), e não seria justo incluir-se, na espécie, prédios rurais, provavelmente admitidos na expressão "quaisquer prédios residenciais", como pretende a Emenda.

E, quanto ao efeito suspensivo da aplicação, rejeitou-se a Emenda pelas razões já expostas com referência a rejeição da Emenda nº 26.

Emenda nº 34, de autoria do Deputado Alberto Hoffmann — pela razão de que, nos termos do artigo 158 do Código de Processo Civil, já se atende aos objetivos da Emenda, podendo a petição inicial ser indeferida, por inepta, conforme dispõe o artigo 160 do mesmo Código.

No caso, porém, de não se admitir, liminarmente, a "denúncia vazia", como pretende a Emenda ocorreria, assim, um prejulgamento e isso não se poderia acolher em face dos princípios informativos de nossa lei processual.

Emenda nº 35, de autoria do Deputado Getúlio Moura — pela razão de que, tratando o Projeto, na sua sistemática, apenas de locações residenciais, seria de melhor alvitre deixá-se a matéria prevista na Emenda, aliás de alta relevância, para a oportuna legislação específica.

Emenda nº 38, de autoria do Deputado Celestino Filho — pela razão de que a matéria prevista na Emenda já recebeu acolhimento quase idêntico e proveniente das Emendas nºs 36 e 37, de autoria do Deputado Gilberto Azevedo.

Emenda nº 39, de autoria do Deputado Martins Rodrigues — pela razão de que, uma vez que a matéria já constitui objeto de projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e provavelmente no Senado, seria de mais conveniência aguardar-se a sua aprovação definitiva, ao invés de se incluí-la no texto do Projeto ou Substitutivo, alterando, assim, a siste-

mática da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Emenda nº 41, de autoria do Deputado Martins Rodrigues — pela razão de que a Emenda, no sentido amplo e com efeitos retroativos, como está redigida, se aprovada, viria tumultuar, sem dúvida, não só a parte processual como também, as próprias relações contratuais de locação.

Emenda nº 40, de autoria do Deputado Martins Rodrigues — pela razão de que a matéria prevista na Emenda deveria ser incluída na legislação fiscal específica, e não em a constante do Projeto ora em exame.

Emenda nº 42, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que, conforme esclarece, na sua Exposição de Motivos, o Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, "o congelamento dos aluguéis provoca a fuga de capitais privados do setor imobiliário, e constitui assim uma agravante de crise habitacional".

Emenda nº 43, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que a matéria prevista na Emenda, com a amplitude, como esta redigida, incluindo-se prédios rurais e comerciais, não deveria constar do Projeto ora em exame e assim da legislação própria, onde o assunto poderia ser examinado e coordenado com a devida conveniência e oportunidade.

Emenda nº 44, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que os objetivos do Projeto são justamente no sentido de se estabelecer limitação aos reajustamentos de aluguel, com base no aumento do salário-mínimo.

Emenda nº 45, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que o motivo "força maior", constante, como exclutido, no inciso V, "in-fine", do artigo 17 da Lei número 4.494 de 25 de novembro de 1964, não deve e nem pode ser suprimido, pois "força maior", no seu sentido técnico — jurídico, é o "obstáculo inopinado e inevitável, produzido por força da natureza, ou humana, a que se não pode resistir" (Pedro Nunes "Dicionário de Tecnologia Jurídica").

Emenda nº 46, de autoria do Deputado Floriceno Paixão, por seu conteúdo colidir com a orientação de se manter a sistemática geral expressa na Lei nº 4.494-64, com as alterações já introduzidas pelo Decreto-Lei número 322-67 e constantes da proposta governamental.

Emenda nº 47, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pelas razões que motivaram a rejeição da Emenda nº 46.

Emenda nº 48, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pela razão de que o Projeto, ora em exame, tratou de financiamentos referentes ao sistema financeiro da habitação, apenas no âmbito relacionado com a situação do inquilino — e a matéria prevista na Emenda, embora de louvável objetivo, deveria, assim, ser melhor examinada em legislação própria.

Emenda nº 49, de autoria do Deputado Floriceno Paixão — pelas razões que motivaram a rejeição da Emenda nº 48.

São as seguintes as Subemendas:

Subemenda nº 1, à Emenda nº 11

"Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional de Habitação, as Caixas Econômicas, o IPASE, e demais entidades do sistema financeiro de habitação poderão destinar, no mínimo 20% (vinte por cento) e, no máximo, 43% (quarenta por cento) de suas aplicações no Setor Habitacional a empréstimos a inquilinos, para aquisição do imóvel em que residam, qualquer que seja a data de concessão ao 'habite-se'".

Subemenda nº 2, à Emenda nº 32

"Aos Servidores Públicos, federais ou autárquicos, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, fica assegurada o direito de continuar ocupando o próprio da União, autarquias e demais entidades paraestatais, que detinham em razão do exercício da função, desde que manifestem, no prazo de 60 dias, contados da aposentadoria ou disponibilidade, o desejo de prosseguir na ocupação."

Parágrafo único — São amplos por esta lei os que, nos condições deste artigo, ainda detinham a posse desses imóveis, embora a aposentadoria ou disponibilidade tenha ocorrido antes da vigência desta Lei.

Em conclusão, opina o Relator pela aprovação do Projeto, nos termos das Emendas com parecer favorável e Subemendas propostas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1967. — *Josephat Mariano*, Presidente — *Sinval Boaventura*, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista designada para emitir parecer ao Projeto de Lei número 8, de 1967 (C.N.), que "estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências" apresenta, em anexo o substitutivo aprovado.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1967. — *Josephat Mariano*, Presidente. — *Sinval Boaventura*, Relator. — *Guido Mondim*. — *Geraldo Freire*. — *Mello Braga*. — *Gastone Righi*. — *Agostinho Rodrigues*. — *Passos Porto*. — *Mário Piva*. — *Carlos Lindenberg*. — *Freitas Diniz*. — *Ivar Saldanha*. — *Floriceno Paixão*. — *Adalberto Sena*. — *Menezes Pimentel*. — *Clodomir Millet*. — *José Penedo*. — *Leon Peres*. — *Aarão Steinbruch*, com restrições.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1967 (C.N.)

Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aluguéis de prédios residenciais, comerciais ou rurais não poderão sofrer reajustamento em percentagem superior ao aumento do salário-mínimo da região, em igual período.

Parágrafo único. Os reajustamentos a que se refere este artigo serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) quando se tratar de locação de imóveis residenciais cuja área construída não ultrapassa 60m² (sessenta metros quadrados).

Art. 2º No caso dos reajustamentos regulados no artigo 24 da Lei número 4.494, o limite estabelecido no artigo 1º ficará elevado de 10% (dez por cento) sobre o aluguel anterior ao reajustamento, até que se complete cento e vinte meses da data da citada lei.

§ 1º Completados os cento e vinte meses de que trata este artigo, as locações serão ajustadas ao nível do "aluguel corrigido e atualizado", definido no § 2º do artigo 24 da Lei número 4.494 de 25 de novembro de 1964.

§ 2º Os reajustamentos de que trata este artigo continuam sujeitos ao disposto no Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 3º Se o locatário, ou seus dependentes, que vivam em sua companhia, possuírem ou vieram a adquirir imóvel na mesma cidade, o imóvel por ele ocupado terá o aluguel liberado.

Art. 4º Nas locações para fins não residenciais será assegurado ao locatário o direito à purgação da mora,

nos mesmos caros e condições previstos na lei para as locações residenciais aplicando-se o disposto neste artigo aos casos "sub júdice".

Art. 5º Aos servidores públicos federais ou autárquicos, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, bem como, na hipótese de sua morte, ao cônjuge sobrevivente ou seus filhos em dependência econômica, fica assegurado o direito de continuar na locação do próprio da União, autarquias e demais entidades paraestatais que detinham em razão do exercício da função, desde que manifestem, no prazo de 60 dias, contados da data do óbito, aposentadoria, ou disponibilidade, o desejo de prosseguir na locação.

Parágrafo único. São amparados por esta lei os que nas condições deste artigo, ainda detinham a posse de imóveis, embora a aposentadoria, disponibilidade ou morte do servidor tenha ocorrido antes da vigência desta lei.

Art. 6º Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional de Habitação, as Caixas Econômicas, o IPASE, e demais entidades do sistema financeiro de habitação poderão destinar no mínimo, 20% (vinte por cento) e, no máximo, 40% (qua-

renta por cento) de suas aplicações no Setor Habitacional a empréstimos a inquilinos, para aquisição do imóvel em que residam, qualquer que seja a data de concessão do "habite-se".

Parágrafo único. O inquilino deverá comprovar que reside no imóvel desde 6 (seis) meses anteriores à data da transação, salvo se o "habite-se" contar prazo menor.

Art. 7º Nas operações de valor inferior a 250 (duzentos e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente, a cargo do sistema financeiro de habitação fica assegurado financiamento integral, dispensada a exigência de qualquer penhorça vinculada ou depósito prévio.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 31 e 32 da Lei nº 4.451, de 25 de novembro de 1954.

Art. 9º Fica atribuída ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a competência para fixar os índices de preços e coeficientes de correção monetária, anteriormente atribuídos ao extinto Conselho Nacional de Economia.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

benefícios, inclusive, portanto, o da aposentadoria por tempo de serviço. Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1967. — *Cattete Pinheiro*.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — O projeto lido se, publicado e, em seguida, encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações:

Nº 823-67, do Sr. Senador Flavio Brito ao Sr. Ministro da Aeronáutica; Nº 825-67, do Sr. Senador Flavio Brito ao Sr. Ministro dos Transportes;

Nº 823-67, do Sr. Senador Aarão Stenbruch ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 827-67, do Sr. Senador Lino de Mattos ao Sr. Ministro da Agricultura;

Nº 828-67, do Sr. Senador Lino de Mattos ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Nº 829-67, do Sr. Senador Aarão Stenbruch ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores. A Lei nº 5.227, de 18 de janeiro do corrente ano, instituiu uma nova política para a economia da borracha. Extinguiu o monopólio estatal exercido através do então Banco de Crédito da Amazônia S. A., e criou, como órgão de execução dessa política, a Superintendência da Borracha.

Quebrando o monopólio, não deixou, entretanto, os produtores desamparados, a merce dos jogos de interesse. Previu um sistema de comercialização que, assegurando um preço mínimo, garante ao produtor a venda no livre comércio, sem que fique ele exposto à contingência de não ter a quem vender o seu produto.

Se não encontrar comprador, a Superintendência da Borracha fará a compra da produção para garantir o preço básico e ao mesmo tempo manter o equilíbrio entre a produção e o consumo.

A política assim instituída é uma política de equilíbrio.

Entretanto, o Superintendente da Borracha acaba de expedir uma circular às empresas industrializadoras, circular que lançou o pânico em toda a área da produção gumífera.

O Sr. Superintendente da Borracha, atribuído em não tal que princípio da lei, autorizou as empresas manufactureras de artigos de borracha a adquirir para o seu consumo quantidade da borracha vegetal do extrator equivalente às suas necessidades durante dois meses.

A lei que inicialmente me referi, prevê em seu art. 15 um Estoque de Reserva. E o seguinte o teor desse dispositivo:

"É criado um Estoque de Reserva, constituído de borrachas vegetais brutas e beneficiadas, nacionais, de propriedade da União e mediante recursos por esta fornecidos, conforme se estipula nesta Lei."

§ 1º O Estoque de Reserva de que trata este artigo terá como limite mínimo um volume de borrachas vegetais equivalente a 4 (quatro) meses de consumo, para cujo cálculo se tomará como base a média verificada durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

§ 2º O referido estoque será formado, mantido e movimentado

pela Superintendência da Borracha, conforme as normas para tal fim baixadas pelo Conselho Nacional da Borracha".

Poder-se-ia pensar que, em face desse dispositivo, a Superintendência da Borracha estaria capacitada legalmente para autorizar a operação que venho neste instante denunciar.

Entretanto, o § 4º desse mesmo artigo desfarça quaisquer dúvidas. Diz esse dispositivo:

"Os juros e perdas decorrentes de qualquer operação relativa ao Estoque da Reserva serão pagos respectivamente a crédito e débito do Fundo Especial a que se refere o Art. 40 desta Lei."

Essa Fundo Especial é controlado, mantido e supervisionado pela Superintendência da Borracha.

Ora, contrariando os objetivos desta lei — que é, de quebrando o monopólio, assegurar entretanto comprador permanente para a produção — a Superintendência da Borracha acabou de expedir uma circular às empresas industrializadoras, autorizando que comprem do exterior a quantidade de borracha necessária ao seu consumo durante dois meses.

O Sindicato da Indústria de Artefatos da Borracha do Estado de São Paulo expôs a seus associados, a 14 do mês em curso, a seguinte circular:

"Prezados senhores,

Para conhecimento de Vossas Senhorias com prazer vimos transcrever abaixo ofício SUP-DIPRO — 0980 que recebendo na data de 5 do corrente da Superintendência da Borracha.

E depois de assinar transcreve:

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA

Av. Almirante Barroso, 81 — 4º andar — Rio de Janeiro

GB — Em 5 de setembro de 1967

SUP-DIPRO-0-970

Senhor Presidente:

De ordem do Senhor Superintendente da Borracha, solicitamos comunicar às empresas fabricantes de artefatos de borracha sediadas nesse Estado, que esta Superintendência, com a finalidade de suplementação da safra nacional, resolveu conceder importações de borracha vegetal, até o limite de dois (2) meses de consumo efetivo de cada firma, tomando-se por base a média do consumo verificado no trimestre maio-junho-julho, do corrente ano.

1. Referidas importações somente serão concedidas às empresas que, de acordo com o que dispõe a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, estiverem com as suas informações estatísticas rigorosamente em dia.

2. As importações acima referidas serão efetuadas de acordo com o que dispõe a Resolução número SUP/RE-12 67, de 17 de fevereiro de 1967.

Aproveitamos o ensejo para reafirmar a Vossa Senhoria os nossos protestos de estima e consideração.

a) *Pedro Delarue Tolentino*, Diretor da Divisão de Programação e Operações.

Vêm os Srs. Senadores que tem razão de pânico a área amazônica que se dedica à extração da borracha. Quando o desajuste criado pela nova política econômica da borracha vai desajustando e as transações comerciais vão se normalizando, em que a oferta e a procura começam a produzir seus efeitos naquele Região, anulando o produtor, vem o Sr. Su-

SENADO FEDERAL

ATA DA 144ª SESSÃO, EM 29 DE SETEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos, presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena

Flavio Brito

Edmundo Levi

Cattete Pinheiro

Moura Palha

Menezes Pimentel

José Ermirio

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

Filinto Müller

Bezerra Neto

Reinato Silva

Guilherme Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(*Cattete Pinheiro*) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do Projeto de Lei.

E' lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 1967

Dispõe sobre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição no desemprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao contribuinte da previdência social que tenha mantido a qualidade de segurado, mediante o recolhimento de contribuições no desemprego, é garantida aposentadoria por implemento de tempo de contribuição, após o pagamento de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) grupos de 12 (doze) contribuições mensais sucessivas, com 80% (oitenta por cento) do "salário de benefício", no

primeiro caso, e, integralmente, no segundo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nos termos da Lei nº 3.807, de 1963 — Lei Orgânica da Previdência Social — só tem direito à aposentadoria por tempo de serviço aquele que, na condição de segurado, tenha completado 30 anos de serviço realmente prestado, ou seja: comprovada a relação de emprego por todo o referido período. Assim, porque o segurado, embora contribuindo no desemprego, deixa de prestar serviço a determinado empregador, perde o direito de auferir o benefício da aposentadoria por tempo de serviço, que, segundo alguns entendem, só pode ser deferido quando comprovada a atividade laborativa, pelo período indicado na lei. Para obtenção da citada aposentadoria, portanto, não é bastante a condição de contribuinte da previdência social, impõe-se, no caso, que o mesmo reúna a qualificação de trabalhador ativo, com prestação efetiva de serviço.

Se examinado o assunto à luz da letra da legislação vigente, a interpretação não poderá ser outra, sendo a que nega, ao segurado em regime de contribuição no desemprego, o direito de aposentadoria por tempo de serviço, a vista mesmo da forma explícita desse instituto. O que deveria ser em conta, porém, no exame de matéria, são, sobretudo, os elementos intrínsecos do problema, isto é, o que informam a natureza da medida. Assim, tratando-se de seguro, onde há sempre um prêmio a pagar em função de contraprestações futuras, previamente ajustadas ou realmente especificadas, não nos parece ilóico subtrair, do plano de benefício vinculados ao seguro, qualquer modalidade de risco, coberto pelo valor do prêmio, ainda mais quando este é majorado, pelo dobro, como acontece na hipótese de contribuição no desemprego. A simples nomenclatura do benefício não é bastante para infirmar o conteúdo do seguro, o qual, de resto, para integralizar-se, depende unicamente do implemento da condição preestabelecida como risco. Se, pois, o segurado continua a contribuir, ou melhor a pagar o prêmio do seguro, como se, de fato, estivesse em condições de efetiva atividade laborativa, justo será que se lhe assegure a percepção de todos os

peritendente da Borracha, clandestinamente, sem nenhum apoio da Lei, autorizar que as empresas industriais do Sul importem diretamente a borracha de que necessitam, voltando suas costas para a Amazônia.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Novamente vê-se o poderio das empressas estrangeiras, pois os principais consumidores da borracha natural são forças de multinacionais, e também outras de capital estrangeiro. É impossível que o Governo não deva aceitar, mesmo porque nessas transações ninguém sabe de quem é o lucro, com a importação da borracha natural. Tivemos no ano passado o caso do feijão mexicano que, felizmente, ninguém comprou, e por isso não afetou a produção nacional. Já com o café, no entanto, nos Estados Unidos, e a Venezuela para o Brasil. O Brasil de vez em quando se dá de passar de rico, e no entanto vive pedindo dinheiro ao exterior. Se tem dinheiro para importar borracha, por que não dá esse dinheiro à Amazônia para que ela possa produzir em maior quantidade do que atualmente? O fato é que não nos corrigimos. E o poderio estrangeiro continua forte no País, e não sabemos quando ele perderá essa posição que afeta vários setores da produção nacional, inclusive a borracha, o café, o algodão e outros produtos nacionais que estão sendo cada vez mais afetados por uma política errada.

O SR. EDMUNDO LEVI — Tem razão o nobre Senador José Ermírio, porque essa importação ligada sempre como uma transferência de estímulos. As empresas multinacionais de artigos de borracha em São Paulo, onde eu sou diretor subsidiária de outras empresas. E quando importam não o fazem como operação comercial de importação, mas de transferência de estímulos de uma região para outra. O que a Lei aprova é a importação pela Superintendência da Borracha para que, vendendo, ela crie empregos e assim possa fomentar a produção na Amazônia, custear as despesas e ao mesmo tempo não ficar na dependência momentânea do auxílio do País.

O Sr. Superintendente da Borracha, como que preparando a opinião pública para esse ato, clamando contra a Amazônia, deu entrevista, em artigo publicado no "Diário da Manhã", de São Paulo, em que propõe sobremaneira o espírito das autoridades superiores para criar importação que ele irá praticar em setembro. Nessa entrevista, Sr. Superintendente da Borracha vegetal constitui problema crítico para o Brasil.

Não vê o ilustre presidente da Superintendência da Borracha que o problema da borracha amazônica há uma face muito mais importante do que apenas o lado econômico. A face humana, o aspecto social da questão. Em torno da borracha vivem diretamente, no interior da Amazônia — Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e parte do Pará — mais de 300 mil pessoas. Indiretamente toda a Amazônia ainda se movimenta em torno da borracha. Também em Mato Grosso a borracha tem a sua importância. Pois bem! Esse superintendente da borracha vê apenas as conveniências da indústria, e não compreende que essa atividade tão malsinada, é que tem permitido que os brasileiros continuem na Amazônia falando português, cultivando a religião católica no Brasil, respeitando a mesma Constituição e prestando honras a uma só Bandeira. Tem sido a borracha, através dos tempos com todas as dificuldades, e embora mal compreendida na sua função, que tem permitido que o Brasil continue exercendo a sua plena soberania na Amazônia.

No dia em que voltamos as costas totalmente para a extração da borracha vegetal, sem programarmos ordenadamente a sua substituição, inevitavelmente o êxodo se operará. Teremos, então, hordas invasoras, como tivemos em outros tempos, quando a borracha era o grande atrativo.

Sabemos que, através do Purus, Acre e Solimões, verdadeiras hordas invadem o Brasil reclamando a plena posse em nome de um passado, porque, então, a borracha era ainda motivo de atrativo.

Se voltamos as costas para a extração atual sem efetivarmos a sua substituição, já prevista na lei, verificaremos o completo abandono e, inevitavelmente, outras nações ocuparão a Amazônia, porque nós a teríamos abandonado.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho trazer a esta Casa e, através dela, a toda a Nação e às autoridades superiores da República o protesto da Amazônia contra o procedimento do Superintendente da Borracha que investe contra o trabalho decente, honesto daqueles que até hoje têm dado o melhor de seus esforços para extrair borracha para as indústrias nacionais.

Levantamos este protesto porque, no momento, em que o produtor vem buscar melhores possibilidades para o seu futuro, quando a lei da competição começa a melhorar a sua condição no mercado, quando a borracha já está sujeita ao preço básico mas não é cotada com alguma vantagem, o Superintendente da Borracha pratica a importação. Não o faz diretamente da Superintendência, mas primeiramente a exportação, a fim de que a demanda das indústrias e o jôgo de lei da oferta e da procura não se opere na Amazônia. Volta, assim, aquela gente ao desespero, e as que se vê obrigada a entregar o seu produto pelo que bem oferecem, os consumidores. Deixei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o meu protesto e ira esse procedimento do Superintendente da Borracha.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Nos Estados Unidos, os americanos não vieram adquirir algodão porque para exportar, cada libra do produto dá o oito centavos como subsídio. No Brasil, aqui, nada se fez para substituir a borracha nacional. O que é preciso é não perder a coragem de produzir a borracha. Podemos bem imaginar a situação da Amazônia com relação à borracha que, conforme disse V. Ex., constitui perigo total para o país. Se, realmente, a cotação do produto ainda é um pouco alta, o país terá de dispor dessa borracha na mesma forma de extração, até que o produto em estudo se concretize através do qual podemos produzir borracha mais barata, plantando-a em áreas cultiváveis e realizando aquilo de que a região necessita, isto é, criando condições para que possamos concorrer com o produto do sudeste da Ásia. No entanto, nada disso foi feito até agora e a solução encontrada é sempre a da importação, resultando na desmoralização do produto nacional. Fazendo paralelo com os Estados Unidos, onde não se produz um quilo de algodão, hoje, aquele país é o maior produtor de algodão do mundo.

O SR. EDMUNDO LEVI — As alegações do Superintendente da Borracha, Sr. Senador José Ermírio, pecam pela ignorância dos fatos.

Sr. Superintendente administrar a política econômica da borracha, através de suas fantasias, esquece a realidade. Sabemos que o extrativismo da borracha tende a desaparecer por um sistema de substituição gradativa. Esta mudança não pode ser feita repentinamente. Somente com uma

modificação da mentalidade e do sistema de trabalho poderemos alcançar o resultado que desejamos.

Tramita nesta Casa, projeto de nossa autoria visando modificar não só o sistema de propriedade dos seringueiros mas, sobretudo, a maneira como, até hoje, os seringueiros têm sido explorados.

Queremos substituir a produção de borracha nativa pela borracha cultivada. Mas enquanto isso não se faz, é preciso atrair as populações que vivem no interior da Amazônia em torno exclusivamente da extração da borracha.

Dai a razão desta minha denúncia em nome daqueles que, neste momento, estão cientes com a criação do Superintendente da Borracha e o meu apelo às autoridades superiores para que examinem o que está ocorrendo naquela Superintendência a fim de que se determine nova diretriz para que não morra o entusiasmo que começou a surgir nas populações indígenas que se dedicam ao extrativismo da borracha.

Se analisarmos a produção, dentro de pouco tempo voltaremos ao apelo da produção que atingimos em 1952 quando, então, podíamos satisfazer a demanda da indústria nacional, e não o fazíamos a Lancrington, e o deslocamento de distâncias, até que possamos substituir o sistema atual por outro racional, prevê, aliás, na própria legislação, a que me referi anteriormente.

Sr. Presidente, depois, aqui, o meu apelo à criação do Superintendente da Borracha e o meu apelo ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, que é o Presidente do Conselho Nacional da Borracha, para que reveja o problema e determine providências no sentido do comércio do é o que se acaba de cometer contra a minha região. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:

(Cede o Microfone para o nobre Senador Guido Montin.)

O SR. GUIDO MONTIN:

(Lê o relatório pelo orador) Sr. Presidente, Sr. Superintendente, uma pequena intervenção em dois tempos. Já posso dizer, em primeiro tempo, que não há nada de extraordinário no plano de vocês do Conselho Nacional da Borracha, para atendimento das necessidades do teatro nacional, que são de todo o País. Meu protesto é a de que no Plano que me chegou às mãos as várias, não discriminadas, favorecem apenas as condições e, particularmente, o Rio Grande do Norte: cerca de 1 bilhão de cruzeiros antigos era destinado àquele recanto da nossa terra geográfica. O que reclamava, Sr. Presidente, com clareza, sem nenhuma confusão, e a precisamente o fato de que para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde se desenvolve tradicionalmente o trabalho de cultura dramática nem uma parcela era destinada.

Não critiquei as qualidades do Sr. Meira Pires, digníssimo e capaz diretor do Serviço Nacional de Teatro. E em nenhum instante, no meu discurso, reclamei, para o Rio Grande do Sul, a direção desse Serviço. Foi muito claro naquela intervenção. Reclamava, reclamei e reclamarei verbas para o atendimento do Teatro no Rio Grande do Sul.

Como se dá de esperar, sempre que se fala em atividade artística, seja teatro, seja no setor das artes plásticas, a tempestade sobrevém. Desta feita, aconteceu, como de costume: as condenações e os aplausos. Estes os recebi, particularmente do meu Estado, em uma série de telegramas e cartas, concitando-me a prosseguir nas reivindicações. Críticas de outra ordem também apareceram e, especialmente, pela imprensa.

Não me preocupo nem com críticas nem com aplausos. Mas, nesta semana, houve uma manifestação que me

preocupou, por proceder de quem procede. Está ela publicada no "Correio da Manhã", e quem se manifesta é uma criatura que estimo de tal maneira que não seria necessário fosse ela agora um dos nossos membros da Academia para que se fizesse inofensivo em nosso sentimento. Em nossa admiração, em nosso apreço, que é o nosso grande tesouro o Joacy Camargo.

Joacy Camargo que não deve ter lido o discurso, mas apenas uma das nossas notícias que a nossa imprensa publicou, sem que rejeitem a verdade, condenou o meu suposto desejo de querer para a direção do Serviço Nacional de Teatro um gaúcho.

Vou e direi, nesta oportunidade — primeiro tempo da minha intervenção — que não há e nunca houve do Serviço Nacional de Teatro para o Rio Grande do Sul, pelo menos, verbas para o teatro nacional. E o fato acima de tudo é o reconhecimento, como reconhecimento e como ponto particular ao trabalho realizado.

Segundo tempo, bem esclarecido o meu pensamento, esclarecido o meu ponto de vista, até com a participação de vários colegas interessados no setor da cultura brasileira.

Segundo tempo. Não faz muito, depois daquela discussão com o Ilustre Sr. Superintendente da Borracha, eu admito ter tido ou não influência a minha opinião.

Quando o Ilustre Sr. Superintendente da Borracha, através de bilhetes de estímulos, encaminhava artigos de vinhetas — e que atualmente encontra no Oficial de São Paulo — está fazendo discriminação que sob hipótese alguma, eu admito ter tido ou não influência a minha opinião. Reclamava eu, naquela ocasião, tratamento igual para as diversas atividades nas artes plásticas do nosso País.

Ela que a arte é super-histórica e que ninguém ousa sequer defini-la, porque não chegará a porta alguma.

Onde não pode diferenciar, por um dos lados, sempre houve ao que chama de arte contemporânea, porque contemporânea também é aquela que de vanguarda, não se desloca. Porque aquilo que vi em São Paulo, onde também há uma escola, é o entendimento do Apolônio.

Uma competência à tribuna para fazer comentários em torno de IX Bienal, em São Paulo, culturalmente o Brasil no mundo em comemoração por confundir a nós, brasileiros.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. GUIDO MONTIN — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Está na Ordem do Dia, hoje, projeto de lei discutido sobre a criação, no Ministério da Educação, de seis prêmios literários nacionais para obras publicadas;

um deles, com o item 3º, o Prêmio Instituto Nacional do Livro de Conto e Novela. Como Relator, transferi Conto e Novela para o Item 1º, passando a figurar como Prêmio Instituto Nacional do Romance, Conto e Novela. E apresentei uma emenda modificando o Item 3 para Prêmio Teatro, porque tinha sido esquecido do Instituto Nacional do Livro e do as publicações de teatro no País. Nesse sentido apresentei a Emenda se houver número, pois sempre para o 1º, cuja votação se realizará hoje, eei que as publicações sobre teatro devam ser estimuladas.

O SR. GUIDO MONTIN — Confesso a V. Exa. que ainda não havia observado essa iniciativa do nobre colega. Tem, desde logo, o meu aplauso.

Estou recebendo, hoje, de São Paulo, uma série de peças teatrais, cujo autor pede precisamente que, encontrando oportunidade, faça, por ele e por outros, como V. Exa. procedeu através dessa emenda.

O Sr. José Ermírio — Já foi apresentada e aprovada pela Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. GUIDO MONDIN — Mas dizia, Sr. Presidente, que as minhas críticas ao Itamarati tinham este sentido: dele exigir atendimento igual a todas as correntes das artes plásticas e não apenas aos artistas de vanguarda. É simples aquilo que reclamo. No entanto, na oportunidade, respondeu-me o Itamarati que ele considerava este apenas a de vanguarda.

Isto teria de acontecer precisamente no Brasil: oficializar uma das correntes das artes plásticas atuais...

Mas agora, eu venho à tribuna para aplaudir o Itamarati. Esqueço até que, por força de convênio realizado entre o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Bial de São Paulo, são dispendidos, de dois em dois anos, nada menos de cem milhões de cruzeiros, para realização daquela exposição que, neste instante, chama a atenção não só do nosso País, mas do mundo.

E o meu elogio, Sr. Presidente, prende-se ao fato de que li, nos jornais de hoje, esta notícia auspiciosa: o Itamarati envia para Nova Iorque uma das glórias atuais da pintura clássica do Brasil.

Eu tenho procurado, mas não encontro outro termo para opor ao da pintura de vanguarda. Então continuarei a falar em pintura clássica ou acadêmica.

Como dizia, o Itamarati envia para Nova Iorque uma das maiores expressões da pintura brasileira, que é o artista Oswaldo Teixeira. Ele vai expor em Nova Iorque, sob os auspícios e às expensas do Itamarati. É quase que um milagre! Quando eu pensava que os artistas da velha guarda — benditos artistas da velha guarda! — já não teriam mais vez nem no Brasil nem no mundo — pois as cartas que recebo dos artistas acadêmicos, de toda parte, são de desespero — quando assim pensava, eis a notícia auspiciosa: Oswaldo Teixeira é enviado a Nova Iorque para ali expor e demonstrar, na grande Capital, e que se faz no Brasil em matéria de arte, onde se exige talento em profundidade.

Portanto, Sr. Presidente, depois dessa notícia, posso avançar para outra aspiração. Na semana passada, tive oportunidade de dizer ao Sr. Presidente da República, que me ouviu com extrema simpatia, precisamente isto: que iniciaria uma campanha no sentido de realizarmos também, no Brasil, uma bienal de arte não apocalíptica. Depois que o Itamarati envia para Nova Iorque o grande pintor Oswaldo Teixeira, posso ter a esperança de alcançar esse objetivo. Para tanto sei que tenho o apoio de todos os artistas brasileiros que pensam como eu.

Ainda sexta-feira última, em São Paulo, numa bela manifestação que lá tivemos, pude constatar a alegria que despertou a simples possibilidade de realizarmos esta outra bienal, eis que, desde que as bienais de vanguarda se iniciaram, os demais artistas se desinteressaram a tal ponto que não mais tiveram esperanças de voltar a ter um lugar ao sol, em matéria de projeção de sua obra.

Eis, Sr. Presidente, o que eu queria dizer, nesta breve intervenção. Se, pelas expressões de meus colegas, sinto que consegui trazer uma notícia alegre para esta Casa, dou-me por satisfeito, neste fim de semana. Não é a primeira vez que digo, em meus discursos de sexta-feira: "Como é bom terminar a semana assim!" (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Flávio Brito.

O SR. FLÁVIO BRITO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, falamos, nesta oportunidade, em nome da agropecuária nacional, a fim de sub-

metermos à consideração deste augusto Plenário alguns aspectos sócio-econômicos relativos à incidência incompreensível do ICM sobre os produtos agrícolas, *in natura*, que vem determinando os piores reflexos na produção e no abastecimento em geral.

O imposto estadual sobre operações pertinentes à circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimentos comerciais, industrial e produtor, numa generalidade inadmissível que a tudo alcança.

A agropecuária é a base econômica de um país. Ela é que determina ou não a normalidade social de um povo. Sem ela não há vitória em tempo de paz ou de guerra. É porque ela assim seja decisiva, a conia exclusiva da livre iniciativa, enfrentando os mais difíceis revêses, sempre meueceu, pelo menos no campo tributário, um tratamento ímpar, porém correto, de imunidade, como um estímulo a mantê-la em termos de produção suficiente e compatível com os maiores reclamos da própria comunidade.

A agropecuária é antes de tudo uma conjugação de bens e serviços, em que o homem se apresenta como fator preponderante na execução de todas as tarefas, num sacrifício sem limites, para a conquista de uma produção geralmente insuficiente para retribuí-lo à altura de suas necessidades mais prementes. Nas áreas rurais não há escolas, nem hospitais, nem médicos, quanto mais contabilistas esclarecidos para a feitura de uma complexa escrituração fiscal.

Há cerca de 15 milhões de trabalhadores rurais produzindo quase 20 bilhões de cruzeiros novos. Esses produtos primários, uma vez industrializados e comercializados, vêm o seu valor elevar-se a 2 e 3 vezes mais.

O problema tributário em questão deveria ser submetido, antes de mais nada, à oportunidade da cobrança, eis que, isentos os produtores rurais, o tributo passaria a ser cobrado, sem nenhum desfalque para os cofres públicos, no curso da industrialização ou comercialização dos produtos.

A agropecuária, antes isenta do Imposto de Vendas e Consignações, com o de Circulação de Mercadorias, foi onerada em 100%.

De que adiantam todas as medidas econômicas, financeiras e sociais adotadas pelo Governo Federal, no sentido de serem criadas determinadas condições mínimas para a produtividade rural, se o fisco estadual, antes mesmo do homem que labuta no campo receber qualquer importância, após meses de trabalho só e só com vultosos gastos e encargos, ex. gr. cobrança de 15 a 18%, a título de imposto de circulação de mercadorias?

A agropecuária é o ponto de partida para todas as realizações econômicas, sejam estas de ordem industrial ou comercial. E não é de bom alvitre que seja ela amesquinçada por um impacto tributário capaz de invalidá-la no seu destacado mister de impulsadora do desenvolvimento nacional.

É inadmissível que se exija de um agricultor manter na sede da fazenda os livros de entrada e saída de mercadorias e o de registro do ICM, todos com termo de abertura visado pela Coletoria, muitas vezes a 500 quilômetros de distância.

O agricultor, despreparado para as letras, por uma lei fiscal, foi entendido inexplicavelmente como apto para exercer as mesmas funções de um empresário experimentado. A maneira errônea de cobrar o ICM tem trazido graves inconvenientes, nas áreas rurais, além dos desentendimentos e atritos com as autoridades fiscais, capazes de gerar desavenças maiores que se impõe evitar.

Realmente, o Governo Federal se mostra sensível à soma inculcável de reclamações dos mais diferentes setores rurais, eis que o eminente Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, em boa hora, decidiu desig-

nar uma comissão de técnicos de alto nível para estudar a incidência do ICM, assunto que deverá ser apreciado em seguida pelo Poder Legislativo, à vista de projeto de lei.

A agropecuária contribuiu com 987 milhões de dólares, em 1966, para a receita cambial, através da exportação, ou seja, com 62% do respectivo total.

Ocorre que, em nenhuma hipótese, a agropecuária se converte em usufrutuária dos grandes negócios realizados com os seus produtos, visto que, quando as safras são excepcionalmente altas os preços nem sequer atingem aos mínimos fixados pelo Governo, e, quando essas safras se apresentam em níveis baixos, ainda assim, os intermediários, por processos e meios públicos e notórios, continuam sendo os grandes beneficiados, mediante especulação por vezes extorsivas, dada a deficiência de suporte financeiro por parte do setor primário.

Convém salientar, por outro lado, que, por ocasião de determinadas e justificadas deficiências momentâneas da agropecuária, é o próprio poder público que importa produtos alimentares de maior ou menor essencialidade, com todos os favores tributários concedidos, além de pagar à vista, como nunca ocorreu com os nacionais, contribuindo, assim, para um maior desajuste nas atividades agrícolas.

Não é demais pôr em relevo que as importações de gêneros alimentícios, entre eles os que ainda não produzimos com suficiência, de modo peridílico ou continuado, alcançam a mais de 230 milhões de dólares anuais, provocando profundo impacto na balança cambial. Isso decorre do fato de não termos, até o momento, uma relativa auto-suficiência em matéria de economia agrícola.

No decorrer do Governo passado, foram feitas importações de leite em pó da ordem de 36 milhões de dólares, quando as nossas bacias leiteiras, que representam uma produção de mais de 1 bilhão de cruzeiros novos, estão a exigir assistência técnica e financeira para um desenvolvimento relativo à apreciável capacidade econômica dessa destacada parcela da economia pecuária.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Pois não.

O Sr. Fernando Corrêa — Os jornais de hoje noticiam, para confirmar as declarações de V. Exa., que o produto que mais cresceu na pauta de nossa importação, nos últimos anos e no primeiro semestre deste ano, foi justamente o alimentício. Isto é uma vergonha para o Brasil.

O SR. FLÁVIO BRITO — Agradeço o aparte do Senador Fernando Corrêa, que, como Governador do grande Estado que é Mato Grosso, nesta Casa, tem dito, por diversas vezes, o que o ICM está fazendo para a agricultura brasileira.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exa. uma aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com muito prazer.

O Sr. Edmundo Levi — O fato que motivou a intervenção do nobre Senador Fernando Corrêa demonstra mais do que uma vergonha, o total desaparecimento, o total abandono da vida campestre. O homem que trabalha no interior é completamente desassistido e sobre ele pesam os mesmos encargos que recaem sobre os homens das cidades. Abandonado, sem assistência, sem orientação, as autoridades fiscais, entretanto, investem contra o trabalhador do campo, seja ele empresário ou não, com uma fúria que parece pretender a total eliminação da vida rural. O fato de estarmos importando cada vez mais gêneros alimentícios revela que os estamos produzindo cada vez menos no Brasil.

O SR. FLÁVIO BRITO — Muito obrigado, Senador.

V. Exa. fez há poucos minutos uma denúncia que, realmente, atinge também uma parte da agricultura, ou seja, a importação de borracha, em prejuízo da produção, já bem sacrificada, do País.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. lembra, muito bem, porque, no momento em que novas esperanças começam a surgir, num setor da produção do campo — aquele a que me referi há pouco — vem uma autoridade governamental, através de uma atitude esdrúxula, matar, completamente, o ânimo que começava a surgir, e lançar o descrédito e o desânimo naquelas populações, fazendo com que a produção decresça, cada vez mais, a fim de que importemos, cada vez mais, também.

O SR. FLÁVIO BRITO — Muito obrigado, Sr. Senador Edmundo Levi.

(Retomando a leitura) — Se a importação de produtos é ruinosa para a indústria, também o é para a agropecuária, toda vez que os mesmos concorrem com os similares nacionais.

O patrocínio da agricultura não é favor. É um dever de todos poderes em benefício da comunidade brasileira. Insistimos em que sejamos tratados de modo a que as nossas tarefas do maior sentido econômico, financeiro e social, ligadas mesmo à própria segurança nacional, não encontrem, sobretudo nas áreas de coleta de impostos, razões fundamentais de aniquilamento do problema alimentar do Brasil.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com muito prazer, Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — Um imposto que onera o labor dos que trabalham nos campos, o ano inteiro, e dá vantagens imensas aos especuladores, aos especuladores, aos que em um ou dois meses fazem fortunas enormes, é um imposto condenável. E' o que já tenho dito, mais de uma vez, no Senado: o tecnicismo transformado em teccinismo.

O SR. FLÁVIO BRITO — Nobre Senador José Ermírio, o seu aparte é duplamente honroso para mim. Primeiro, por ser seu colega; segundo como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, sabendo que V. Exa. é um dos capitães da indústria, tenho observado, a partir do momento em que assumi o meu mandato de Senador, que V. Exa. vem defendendo o meu setor. Assim, em nome da classe que represento, só teno: que lhe agradecer, eternamente, o que tem feito em prol da agricultura.

(Retomando a leitura)

Sabemos que é fácil importar produtos que aqui não conseguimos produzir, como tem ocorrido muitas vezes, com favores que sempre foram negados à agricultura. Mas sabemos que tanto mais assim se procede, estaremos, nas importações, constituindo bens de produção necessários à vitalidade econômica da Nação, por bens de consumo que representem a ausência de sensibilidade para os problemas rurais.

O Sr. Moura Palha — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com prazer.

O Sr. Moura Palha — Eu me congratulo com V. Exa. pelo oportuno discurso que está proferindo. Vossa Excelência, com o brilhantismo e o saber que o caracterizam, focaliza como um perfeito analista, todas as donosas seqüências do famigerado ICM, conhecido, também, por IPM das finanças. Considero o discurso de V. Exa. incisiva contribuição à imediata extinção desse nefasto diploma legal.

O SR. FLÁVIO BRITO — Agradeço ao eminente Senador Moura Pa-

lha. Realmente, a sigla devia ser mudada. Dir-se-ia *ipm* em lugar de *ICM*, pois é verdadeiro *ipm* contra a agricultura.

(Retomando a leitura)

Se a agropecuária os poderes públicos não podem dar tudo quanto ela carece para ser suficientemente *at.*, não há porque dela se exigir em tributo, como se a sua ação se reduzisse a de simples mercância, valor que nem sequer lhe é assegurado, na fixação dos preços mínimos, como uma renda líquida indispensável à manutenção da fonte de produção.

A indústria e o comércio podem fixar o nível de sua ação econômica frente à realidade do mercado, o que se não dá com a agropecuária, que está sujeita às condições da natureza e, o que é pior, à especulação constante dos que se enriquecem à custa de suas maiores dificuldades. Não ingressa, no país, nenhum produto industrializado com similar nacional, protegendo, como é justo, com essa restrição, o setor fabril. Com a agropecuária se dá justamente o contrário. Basta uma simples informação de precariedade momentânea de safra, para que, antes mesmo da produção nacional alcançar os mercados consumidores, sejam feitas importações altamente onerosas para as receitas cambiais, tributárias e bancárias.

Confiamos na orientação governamental, visto que, com a Carta de Brasília, os ruralistas muito esperam do eminente Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, pela sua insistente preocupação em resolver, definitivamente, o grave problema alimentar do país. São tantos os impostos e taxas que recaem sobre a produção rural, sob os mais diferentes aspectos, que o agricultor não está em condições, no momento, de atendê-los regularmente, quanto mais o de Circulação de Mercadorias, este exigido antes mesmo de haver recebido pela produção o preço mínimo fixado pelo próprio governo, que não dá sequer para a manutenção condigna de 40 milhões de brasileiros que vivem, sabe Deus como, no imenso e difícil interior do território brasileiro.

São tantos os ônus que recaem sobre a agricultura, que não seria admissível mais o do ICM. E' de bom alvitre que primeiro se assegure à agropecuária condições para produzir o essencial à vida humana, para que, somente no estágio da industrialização ou da comercialização, e evite da cobrança de impostos sobre a mercadoria transformada ou negociada.

De vários Estados, nos enviam notícias de protestos contra a cobrança do ICM sobre os produtos agrícolas. Num país em que a carencia alimentar nos obriga, a todo instante, a importar do exterior produtos com isenção de todos os impostos e taxas, não é demais, quando não seja dispensar aos nacionais um tratamento fiscal idêntico, eis que na razão de nossas deficiências ocasionais na agricultura serão cada vez maiores assimetrias quanto aos importadores do estrangeiro.

Em Minas Gerais, unidade que se destaca pela eficiência do Cooperativismo de laticínios, a situação é de verdadeiro pânico.

A Cooperativa Central de Produtores Rurais do Estado Montanhês, que vem lutando para obter a modificação no sistema de incidência do ICM, vê agravadas a sua e a situação das Cooperativas filiadas, pela falta de comercialização dos produtos.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLAVIO BRITO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Segue V. Ex.^a, com muita oportunidade, a rota de um debate já longamente travado nesta Casa. Vê-se, porém, e lamentavelmente, que a esperança do

Congresso se vai convertendo numa frustração. Desde o primeiro semestre deste ano, no Congresso se debate o problema do ICM e são solicitadas as providências cabíveis para corrigir os abusos e as distorções que estão prejudicando a economia das regiões e o progresso da produção. Note, porém, V. Ex.^a que já vamos começando o último trimestre do ano e, apesar dos protestos, e mais do que dos protestos, dos apelos, inclusive, de seus aliados, o Governo não propôs ao Congresso as medidas legislativas capazes de sanar os abusos praticados. Nem por isso, entre tanto, devemos calar, e a palavra de V. Ex.^a, neste instante, se outra vantagem ao tiver, terá a de demonstrar, ainda uma vez, que os representantes do povo não silenciaram diante das distorções.

O SR. FLAVIO BRITO — Agradeço o aparte do Sr. Senador Josaphat Marinho. Tenho assistido, aqui, V. Ex.^a defender a urgência de se corrigir o problema, agora tão discutido. Mas, posso afirmar a V. Ex.^a que os ruralistas do Brasil não tem condições de esperar, por mais 30 dias, qualquer providência do Governo.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex.^a tem inteira razão. A providência não é daquelas que possam aguardar o bom animo, e daquelas que reclamam urgência, por se tratar de verdadeira necessidade.

O SR. FLAVIO BRITO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

(Lendo)

Não recebe a CCPR o leite porque não pode pagar.

Não pode pagar porque não consegue vender o produto beneficiado dada a ausência de demanda, face a um mercado saturado pelo similar estrangeiro.

Aquela instituição cooperativa leiteira está com um estoque superior a NCr\$ 3 milhões, representado por 1.600 toneladas de leite em pó, 150 toneladas de leite gordo, enlatado e 30 toneladas de queijo parmesão.

O imposto deve decorrer da capacidade de contribuir da fonte considerada. No caso do ICM sobre produtos agropecuários, não existe a capacidade nem a oportunidade de contribuir, visto que a produção, na ocasião de seu deslocamento para o primeiro comprador ainda não oferece recursos realizados.

O ICM, em sendo um tributo indireto, que não recai sobre a pessoa mas sim sobre o valor da mercadoria, como um dos fatores de custo, o que a agricultura cogita, com todo acerto, é de situar pura e simplesmente a ocasião em que o mesmo deva ser cobrado, a partir da segunda operação.

Estes são, em linhas gerais, os pontos de vista da agropecuária. Se a nós agricultores e pecuaristas cabe tudo fazer para alimentar o povo brasileiro, sem as ajudas técnicas e sociais e com assistência financeira precária, que nos seriam devidas, pelo menos não mais reduzam nossos trabalhos os agentes do fisco, numa precipitação altamente lesiva aos interesses nacionais.

Esperamos, pois, nobres Senadores, que as nossas manifestações contem com o apoio e o sentido de justiça desta Casa que nunca nos faltaram, visto que, também, em nenhuma hipótese, desejamos faltar à confiança em nós depositada pela valorosa e dinâmica classe dos homens do campo e da lavoura, que se empenham bravamente pela conquista do bem-estar social de nossa pátria. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

Oscar Passos
Flávio Brito
Milton Trindade

Moura Falha
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
Duarte Filho
Ruy Carneiro
Mello Braga
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
José Feliciano
Ney Braga
Mello Braga (14)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 832, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

O Senador signatário, usando de faculdade regimental, vem requerer, ouvido o plenário, e cumpridas as formalidades de estilo, a transcrição do texto da Aula Magna, dada pelo Professor Epitácio Gonçalves de Campos, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no dia 18 de setembro em curso, na inauguração da Faculdade de Administração de Empresas do Distrito Federal.

Brasília, 27 de setembro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores.

Não há quorum para votação.

Nessas condições, as matérias constantes da Ordem do Dia do item 1.^o ao 7.^o, em fase de votação, serão retiradas da pauta para figurarem na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1967 (nº 342-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 521.700,00 para regularização de despesas que especifica, dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Na sessão de ontem foi apresentado o requerimento, de autoria do nobre Senador Antônio Carlos, no sentido de adiamento da votação do projeto para o dia 3 de outubro.

Por falta de quorum tanto na sessão de ontem como na sessão de hoje para votação do requerimento do nobre Senador Antônio Carlos, a matéria é retirada da pauta para constar da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 9:

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 612, de 1967) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (número 1.075-B-63, na Casa de origem) que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços do Estado.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela outra Casa, a tramitação da emenda do Senado, designo o nobre Senador Bezerra Neto, Relator da matéria na Comissão de Finanças.

E' a seguinte a Redação final aprovada:

PARECER Nº 612, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 46, de 1967 (nº 1.075-B-63, na Casa de origem).

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1967 (número 1.075-B-63, na Casa de origem), que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1967. — Bezerra Neto, Presidente — Carlos Lindenberg, Relator — José Guimard — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 612-67

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 46, de 1967 (nº 1.075-B-63 na Casa de origem), que concede aos funcionários do extinto Território do Acre o direito de retorno aos serviços da União.

Emenda Nº 1

(Da Comissão de Finanças).

Inclua-se o seguinte:

"Art. ... A transferência de que trata esta lei processar-se-á para cargo da mesma denominação do ocupado pelo funcionário à data da promulgação da Constituição do Estado do Acre, respeitadas as promoções a que tenham feito jus na respectiva série de classes e observado o disposto no § 5.^o do art. 9.^o da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, não se considerando quaisquer acréscimos de vencimentos ou reclassificações efetivados sob a responsabilidade do referido Estado."

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 10:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 613, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967 (nº 8-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FIS) assinado em Nova York, em 28 de março de 1963.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Como nenhum dos Senhores Senadores deseja discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas, nem requerimentos para que a mesma seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação. A pauta a Redação final aprovada:

PARECER Nº 613, DE 1967 DA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967 (nº 8-B-1967, na Casa de origem).

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo

nº 33, de 1967 (nº 8-B-67, na Casa de origem), que aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISD), assinado em New York, em 28 de março de 1966.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1967. — *Bezerra Neto*, Presidente — *Carlos Lindenberg*, Relator — *José Guionard* — *Antônio Carlos*.

ANEXO AO PARECER Nº 32-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1967, nº 8-B-67 na Casa de origem.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição, o seguinte Decreto Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISD), assinado em New York, em 28 de março de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição

Federal, o Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISD) e o Governo do Brasil, assinado em New York, em 28 de março de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catete Pinheiro*) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 823, de 1967

Nos termos dos artigos 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1964.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1967. — *Guido Mondim*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catete Pinheiro*) — Os Senhores Senadores que aprovam o Requerimento que acaba de ser lido queiram permanecer como estão (*Pausa*).

Está aprovado.

Em consequência passa-se à imediata votação da Redação Final.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*).

Está aprovada. O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PARECER

Nº 857, de 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1964.

Relator: Senador

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1964, que estabelece normas para pagamento das cotas partes em

multas e apreensões e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1967. — *Bezerra Neto*, Presidente — *José Feliciano*, Relator — *Filinto Muller*.

ANEXO AO PARECER Nº 157, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1964.

Estabelece normas para pagamento das cotas partes em multas e apreensões e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A participação de cada um dos Estados, ou de quem figure como contribuinte nas cotas partes de multa, a ser produto do lido de multa, a ser apreendida não excederá, no momento, aos seguintes limites:

a) participação nas cotas partes de multa: 40% (quarenta por cento);
b) participação no lido de multas apreendidas: 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos processos fiscais de multa e apreensão.

Art. 2º Tratando-se de lido penal, a participação de cada um dos Estados, ou de quem figure como contribuinte, se efetuará após a juntada, aos autos do processo fiscal-administrativo, da prova da instauração no Judiciário, da correspondente ação criminal.

Art. 3º O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias regulamentará a aplicação da presente lei, tendo em vista, especialmente, suas vinculações aos orçãos fiscais e policiais do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catete Pinheiro*) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 834, DE 1967

Nos termos dos artigos 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1967. — *Guido Mondim*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catete Pinheiro*) — Os Senhores Senadores que aprovam o Requerimento que acaba de ser lido queiram permanecer como estão (*Pausa*).

Está aprovado.

Em consequência passa-se à imediata votação da Redação Final. Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*).

Está aprovada. O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

PARECER

Nº 858, de 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964.

Relator: Senador

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção

de usina termelétrica no Pórtio de Taboão, Vó 19, Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1967. — *Bezerra Neto*, Presidente — *José Feliciano*, Relator — *Filinto Muller*.

ANEXO AO PARECER Nº 803, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1964.

Estabelece normas para construção de usina termelétrica no Pórtio de Taboão, Vó 19, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Companhia do Ilhéu, do Estado Nacional (CPCAN), elaborará, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, os estudos e projetos para construção de usina termelétrica, com potência nominal mínima de 20.000 Kw (vinte mil quilowatts) instalando usina nacional, nas dependências do Pórtio de Taboão, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias inscritas no Orçamento Geral da União e referidas à Comissão do Plano do Governo Nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Catete Pinheiro*) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Não há orador inscrito. (*Pausa*). Não havendo quem peca a palavra vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 2 DE OUTUBRO DE 1967 (SEGUNDA-FEIRA)

1

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1967 (nº 423-B-67 na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias às empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas, tendo pareceres favoráveis — de Projeto do Executivo e de Finanças.

2

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1967 (nº 431-B-67 na origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de nove Prêmios Literários Nacionais, tendo pareceres, sob números 650 e 651, de 1967 das Comissões de Projetos do Executivo, favoráveis, com as emendas que oferece de ns. 1-CPE a 6-CPE; de Finanças, favorável ao projeto.

3

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1967 (nº 433-B-67 na origem), de iniciativa do Presidente da República, que estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878 de 3 de dezembro de 1965, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 625 e 626, de 1967, das Comissões de Projetos

do Executivo e de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ.

4

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1967 (nº 433-B-67) na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que inclui nos isentos de imposto sobre Produtos Industriais, materiais bélicos e aeronaves de uso militar, tendo parecer favorável, sob nº 627 de 1967 da Comissão de Finanças.

5

Votação em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1967, de autoria do Senador João Leite que altera a redação dos arts. 173, 180, 183 da Lei nº 1.711, de 29 de outubro de 1952 (Prestadores dos Funções Civis da União), tendo pareceres, sob ns. 623, 624, 625 e 626, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça; 1º pareceramento — favorável, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ; 2º pareceramento — contrário ao projeto, aprovado pela Comissão de Serviço Público Civil; 3º pareceramento — contrário à emenda de projeto — do Serviço Público Civil, favorável aos termos do substitutivo que oferece — de Finanças, declarando escapar a matéria à sua competência.

6

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que denomina "Edifício Isaac Brown" o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado, tendo parecer favorável, sob nº 617 de 1967, a Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação em turno único, do Parecer nº 473, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 621-P (g), de 21-8-62 pelo qual o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha cópia autenticada do Recurso em Mandado de Segurança nº 8.690, do Estado da Guanabara, julgado a 21 de junho de 1961 (Parecer pelo arquivamento do ofício, em virtude de já ter o Senado atendido aos objetivos do mesmo através da Resolução número 26, de 1959, que suspendeu a execução do Decreto nº 33.515, de 6-7-56).

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1967 (nº 342-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCrs 521.700,00 para regularização de despesas que especifica, dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 832, de 1967, de autoria do Senador Guido Mondim, pelo qual solicita transcrição do texto da Aula Magna, dada pelo Professor Epilogo Gonçalves de Campos, Diretor do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, no dia 18 de setembro último, na inauguração da Faculdade de Administração de Empresas no Distrito Federal.

Fica aprovada a sessão.

(Levantada a sessão às 15 horas e 5 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no uso de suas atribuições, DEFERIU os seguintes requerimentos: de SALARIO-FAMILIA, na forma do artigo 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Dependente(s)	Grau de Parentesco	Início
DP-736-67	Getúlio Ivan Carreira	Aux. Leg. PL-10	Anna Olyntha Antunes Netto Carreira, Eduardo José, André Luiz, Sérgio Luiz e Adriana Maria	Espôsa	
DP-748-67	Braz Queiroz	Aux. Limpeza PL-14	Dionice	Filhos	Junho-67
DP-756-67	Walper Rodrigues Pereira	Marceneiro PL-11	Nadri Alves Pereira, Ariete e Fátima, Sálote, Celeste e Waldir	Filha	Agosto-67
DP-779-67	José Xavier da Silva	Comp. Paginador FT-3	Sônia Maria	Espôsa	Abriu-67
DP-804-67	Valdeir José da Silveira	Servente PL-14	Jader Diener da Silveira	Filhos	Agosto-67
				Filha	Cancelar

de AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Repartição	Total dias	Observações
DP-655-67	Arthur Carvalho Calmon	Ajudante de Conservador de Doc. PL-7	Exército	299	Todos efeitos legais
DP-638-67	Fernando Coelho	Aux. Portaria PL-8	Exército	—	Anotar apenas que serviu em "zona de guerra"
DP- 58-67	João Alves Ferreira	Motorista PL-10	Conselho de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Norte	—	Indeferido

de LICENÇAS, na forma dos artigos 160, itens 18, 35 e 37, e 270, número I, da Resolução nº 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Período	Total dias	Observações
DP-684-67	Neuza Joana Orlando Veríssimo	Of. Aux. Ata PL-4	7 a 18- 8-67	12	Tratamento de saúde
DP-775-67	Maria Eliza Nogueira Lodo	Of. Bibliotec. PL-5	1 8- 9-67	08	Tratamento de saúde
DP-685-67	João Coutinho Duarte	Motorista PL-9	3 11- 8-67	09	Tratamento de saúde
DP-683-67	Ivo Sequeira Batista	Aug. Leg. PL-10	1 14- 8-67	14	Tratamento de saúde
DP-645-67	Gilberto Botelho	Linotipista FT-2	26-7 20- 8-67	26	Tratamento de saúde
DP-606-67	Raimunda Pompeu de Sabóia Magalhães	Og. Leg. PL-5	1-8-67 1- 2-68	6 meses	Licença especial
DP-625-67	Beatriz Correia de Mello	Taq. Revisora PL-2	2-8 2-12-67	4 meses	Licença gestante
DP-646-67	Vicente de Paula de Souza Lopes	Aux. Leg. PL-9	8-8 8-10-67	2 meses	Licença especial

DIVERSOS, na forma do artigo 160, item 9, da Resolução número 6, de 1960:

Nº Req.	Servidor	Cargo	Assunto	Observações
DP-799-67	Aifonso Lucci	Red. Radiodifusão PL-14	Anotação de diploma	
DP-651-67	José Anatólio Firmiano Ribeiro	Opr. de Som PL-12	Anotação de certificado	
DP-675-67	Márcia Toledo do Amaral	Aux. Leg. PL-10	Anotação de documentos	
DP-594-67	Rubem Soares Branquinho	Aux. Leg. PL-9	Abono dos dias 13 e 20-6-67	Provas na Universidade
DP-649-67	Antonio Cezar Ferraz	Orientador de Pesquisas Leg. PL-4	Abono nos dias 1, 2, 3 e 4-8-67	Provas na Universidade
DP-674-67	Wilson Wander Lopes	Aux. Leg. PL-10	Abono dos dias 7, 12, 14, 19, 23 e 28-6-67	Provas na Universidade
DP-741-67	Arthur Levy Sequeira Schutte	Red. Radiodif. PL-4	Abono dos dias 14, 17 e 18-8-67	Provas na Universidade
DP-759-67	Humberto Haydt de Souza Mello	Orientador de Pesquisas Leg. PL-4	Abono do dia 4-9-67	Provas na Universidade

Diretoria do Pessoal, em 26 de setembro de 1967 — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal — Publique-se em 26 de setembro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Concurso Público para Guarda de Segurança

Retifique-se na relação dos candidatos cujas inscrições foram homologadas e publicada no D.C.N. de 27.9.1967, Seção II, páginas 2.207 e

2.209, os nomes dos seguintes inscritos:

Nº 111, onde se lê Denoni, leia-se Benoni

Nº 466 onde se lê Marimo, leia-se Marmo

Nº 527 onde se lê Wansur, leia-se Mansur.

Concurso Público para Motorista

Acrescentar, por ter sido omitido, na relação dos candidatos cujas inscrições foram homologadas e publicadas no D.C.N. de 26.9.67 — Seção II, páginas 2.189 e 2.190:
Nº 145 — José Maria Lima de Macedo

Retificar, na mesma relação, os nomes dos candidatos a seguir:

Nº 296, onde se diz Haydon, diga-se Haydn

Nº 421, onde se diz Kawaschima, diga-se Kawashima

Nº 448, onde se diz Regimar, diga-se Regismar

Nº 600, onde se diz Falciro, diga-se Faleiro.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilaga — (RN)
 Vasconcellos Tórres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Matos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Márcio Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tórres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Araújo Steimbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnou de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA**TITULARES**

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaga
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guomard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Attilio Fontana
 Julio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA**TITULARES**

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnou de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermirio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Mala
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Enrírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONA DAS SECAS

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Enrírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A**TITULARES**

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

SUPLENTE

Alvaro Mala
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. E. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto SenaLino de Mattos
Aarão SteinbruchSecretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Flinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.